

# INTELECTUAIS NEGRAS E ESCRITA INTERSECCIONAL: PRÁTICAS LIBERTÁRIAS DE JUSTIÇA SOCIAL

BLACK INTELLECTUALS AND INTERSECTIONAL WRITING: LIBERTARIAN  
PRACTICES OF SOCIAL JUSTICE

INTELECTUALES NEGRAS Y ESCRITO INTERSECCIONAL: PRÁCTICAS DE LIBERTAD  
Y JUSTICIA SOCIAL

Ana Paula Oliveira Lima<sup>45</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta reflexões sobre a produção teórica de mulheres negras e a expressão que a interseccionalidade assume nessas escritas que se debruçam substancialmente sobre o Sul global. Ferramenta de análise das opressões estruturais que as asfixiam, conforme define Sueli Carneiro (2003, 2005), as epistemes que partem da compreensão do imbricamento entre raça, classe e gênero são revolucionárias por conceberem políticas não exclusivamente para um estrato, mas para a totalidade de atores sociais. Segundo Angela Davis (2016, 2017), tendo para a obrigatoriedade de sua sobrevivência a necessidade de entender os demais componentes da sociedade, as mulheres negras precisam, adicionalmente, entenderem a si próprias, e por esse movimento, adquirem uma visão revolucionária de mundo. Engendrado e impulsionado por intelectuais negras, o ponto de vista interseccional delinea práticas libertárias e transgressoras para um projeto feminista negro de justiça social autônomo. A análise é operada a partir da leitura de algumas obras de escritoras negras brasileiras e estadunidenses e de bibliografias que referenciam essa produção e as caracterize. Os debates que emergem desse conjunto, abrangendo perspectivas de educação e filosofia política, demonstram a necessidade de descolonização do conhecimento, visto que mesmo movimentos pretensamente emancipatórios reproduzem os ditames do capitalismo patriarcal racista.

**Palavras-chave:** Intelectuais negras. Escrita. Interseccionalidade. Feminismos negros.

**Abstract:** This article presents reflections on the theoretical production of black women and the expression that intersectionality assumes in these writings that deal substantially with the Global South. Tool analysis of the structural oppressions that suffocate them (Sueli CARNEIRO, 2003, 2005), the epistemes that start from the understanding of the interweaving between race, class and gender are revolutionary for conceiving policies not exclusively for one stratum but for totality of social actors. Having the need to understand the other components of society black women also need to understand themselves, and by this movement they acquire a revolutionary world view (Angela DAVIS, 2016, 2017). Creating and driven by black intellectuals, intersectional view opposition delineates libertarian and transgressing practices for a black feminist project of autonomous social justice. The analysis is operated from the reading of some works of black Brazilian and American writers and bibliographies that reference this production and characterize them. The debates that emerge from this set covering perspectives of education and political philosophy, demonstrate the need for decolonization of knowledge, since even supposedly emancipatory movements reproduce the dictates of racist patriarchal capitalism.

**Keywords:** Black intellectual. Writing. Intersectionality. Black feminisms.

**Resumen:** El artículo presenta una reflexión de la producción teórica de mujeres negras y el concepto de interseccionalidad en los escritos que comprenden al Sur global. Herramienta de análisis ante las opresiones estructurales que ahogan a las mujeres negras (CARNEIRO, 2003, 2005), las epistemes que asimilan raza, clase y género son revolucionarias en la proposición política a la sociedad. Teniendo la necesidad de conocer la sociedad para sobrevivir, conocen también a ellas mismas, con eso, la mujeres negras logran poseer una visión revolucionaria de la sociedad que pertenecen (DAVIS, 2016, 2017). Creado y conducido por intelectuales negras, el punto de vista interseccional define prácticas de libertad

---

<sup>45</sup> Mestranda pela Universidade de Brasília. anapauloliveira2103@gmail.com

y transgressión para desarrollar el proyecto feminista negro de la justicia social autárquico. La metodología avanza por la lectura de algunos textos de las autoras negras brasileñas y estadounidenses más bibliografías de referencia a la producción. Los debates insurgentes, trayendo perspectivas de educación y filosofía política, prueban la exigencia de descolonización del conocimiento por los movimientos sociales en el iflujo del capitalismo patriarcal racista.

**Palabras clave:** Intelectuales negras. Escrito. Interseccionalidad. Feminismos negros.

## Introdução

Quando a própria sobrevivência das mulheres negras está em jogo, criar autodefinições independentes se torna essencial (Patricia COLLINS, 2019, p. 23).<sup>46</sup>

Mulheres negras exercendo papeis de protagonismo em suas vidas, reclamando necessidades comuns e inspirando outras mulheres a se reconhecerem não é algo que passou a ocorrer estritamente nas últimas décadas<sup>47</sup>. Ainda que o *boom* da Internet – mesmo esta em nossos dias não sendo de possível acesso a todas as pessoas – tenha reverberado mais insistentemente reivindicações e críticas fundadas pelos movimentos negros e, notadamente, pelos movimentos de mulheres negras.

No Brasil e nos EUA, diversas intelectuais negras se dedicam a desvelar o sujeito mulher enquanto categoria não homogênea, indagando o sujeito universal do feminismo hegemônico que desconsidera os emblemas das mulheres racializadas (bell HOOKS, 1995, 2013; Patricia COLLINS, 2017, 2019). Sendo impelidas a, por um lado, combater um movimento que nega ou menospreza a materialidade do racismo, deslocando-o à condição de epifenômeno, contundentemente mulheres negras lidam com o apagamento da opressão de gênero por seus pares, os homens negros (HOOKS, 1995; 2013). O status de pouca ou nenhuma solidariedade despertada pelas angústias das mulheres negras encontra em Grada Kilomba (2019) a insurgência da categoria *outro do outro*, cunhada a partir da ampliação do que o pensamento beauvoiriano concebe como *outro*, ou seja, a mulher em relação ao homem.

<sup>46</sup> A citação reproduzida consta no capítulo 5 da obra *Pensamento Feminista Negro - Conhecimento, consciência e política de empoderamento*, de Patricia Collins. Como o trecho foi retirado de uma versão digitada do livro, a numeração das páginas não segue a ordenação do original, ou seja, não coincidem. As páginas estão numeradas de 1-35. Versão disponível em <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2211778>. Acesso em 08/05/2020.

<sup>47</sup> Sojourner Truth indagou quatro vezes “E não sou uma mulher?” na *Women’s Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Na ocasião, aos 54 anos, a ativista abolicionista confrontou os clérigos ante suas manifestações de racismo, sexismo e naturalização da desigualdade, desumanizando mulheres negras. O protesto é constantemente referenciado nas narrativas de escritoras negras, dentre elas bell hooks, que possui uma obra intitulada *Não Sou eu uma Mulher? Mulheres Negras e Feminismo* (Tradução da Plataforma Gueto) em que aborda como as amarras do sexismo afastam as mulheres negras de uma existência em que a dignidade prevaleça, bem como as impede de contribuir para suas comunidades sem se anularem.

A partilha do lugar de desconforto avança, na década de 1970, para a construção de ideias sobre os fundamentos das opressões estruturais – racismo, capitalismo, sexismo – e seu *modus operandi* arrojado sobre aquelas que vinham experienciando todo o cansaço de estarem localizadas na base da estrutura social. A escrita das mulheres negras tem assumido importante papel de formação política para a comunidade negra, não obstante esse grupo ter frequentemente o acesso interdito à escolarização formal (Giane ALMEIDA e Claudia ALVES, 2011).

A sociedade brasileira dos anos 1970 tem em um de seus marcos a problematização da ordenação social, cultural e político-econômica por diversas entidades negras (CARNEIRO, 2003). Naquele momento, o embate foi travado para além das avenidas em manifestação: o direito de viver sem racismo, e o reconhecimento da presença desse elemento enquanto estrutural e estruturante das relações socioculturais (Clóvis MOURA, 2004, 2014; Kabengele MUNANGA, 1999) ganha nas letras da professora Lélia Gonzalez a possibilidade de acessar espaços como o acadêmico, de onde provinha a ideologia do branqueamento e a subsequente afirmação do Brasil mestiço marcado pela camaradagem e a ausência de conflitos inter-raciais.

Se o contingente negro é marginalizado, invariavelmente a mulher negra será a mais penalizada. O ativismo de Lélia Gonzalez, denunciando o caráter de múltipla exploração do povo preto, concentra seus esforços na violação de direitos infligida à mulher negra como um ataque ao próprio povo preto, tendo em vista que as violências que possuem como alvo o homem negro assolam as mulheres negras, sobretudo se forem constituintes da mesma família. Uma aproximação pode ser feita ao contexto norte-americano, pois “desde os anos 1970, o aumento da alfabetização entre os afro-americanos propiciou novas oportunidades para as mulheres negras dos Estados Unidos expandirem o uso da escolaridade e da literatura para lugares institucionais de resistência mais visíveis” (COLLINS, 2019, p. 19).

Na luta para serem ouvidas, também é política das mulheres negras se ouvirem enquanto procuram formas de demonstrar alternativas formuladas conjuntamente para a extinção das desigualdades,<sup>48</sup> posto que esse é um interesse global dos empobrecidos. Segundo Luiza Bairros (1995), quando pensamos a multidimensionalidade dos eixos de poder, vemos que, de acordo com o *feminist standpoint* (ponto de vista feminista), não há uma única identidade, portanto,

---

<sup>48</sup> Um exemplo de reconhecimento e afetividade entre mulheres se nota nas constantes referências de Angela Davis ao pensamento revolucionário de Lélia Gonzalez, que, como destaca a autora de *Mulheres, Raça e Classe*, preconizava a observância do entrecruzamento das opressões em suas análises, operacionalizando o que anos depois Kimberlé Crenshaw conceituaria *interseccionalidade*.

essa formulação [é] particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos mas pelo que ela nos permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça), o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras – luta contra o sexismo ou contra o racismo? – já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação política, uma não existe sem a outra (Luiza BAIROS, 1995, p. 461).

A premissa de que dimensões se interceptam, não se excluem ou hierarquizam, antes se fortalecem, emerge nas escritas de mulheres negras em meio a processos históricos distintos mas que informam certas similaridades. A escravização como passado comum, e a permanência das colonialidades nas suas respectivas territorialidades, aproximam os escritos de brasileiras e estadunidenses na contestação dos cânones que fundamentam o pensamento constituidor da nação e a relegação das contribuições e ideários de uma extensa maioria (no caso brasileiro) à ausência.

### **Intelectuais negras, narrativas de memória e contrapontos**

Inúmeras produções de intelectuais negras se destacam por trazerem à superfície leituras que contrapõem perspectivas de naturalização das práticas de exploração escravista e da introjeção dos princípios de desumanização pelas pessoas sob essa condição. Escrita registrada em 1859, no romance *Úrsula* Maria Firmino dos Reis dota suas personagens escravizadas da capacidade inerente de sentir profundamente e, conforme observa Soraia Rosa<sup>49</sup>, de consciência e senso de pertença acerca do passado cultural africano. A narrativa abolicionista condena, nas falas das personagens, protagonistas ou coadjuvantes, o regime escravista e a lírica da romancista assume retórica política de apelo social pela libertação em prosa e poesia.

A filósofa Angela Davis amplia em *Mulheres, Raça e Classe* a discussão, no capítulo inicial, sobre o legado da escravização para, em seguida, debater a situação da mulher negra durante esse período, e as obras, fundamentalmente escritas por homens, cujas abordagens espelham estereótipos ainda vigentes no imaginário social. Tais estudos abrangem quase exclusivamente a temática do estupro (muitas vezes interpretado como sexo) e do sexo propriamente dito, o que pode ser interpretado como predomínio da hipersexualização de

<sup>49</sup> ROSA, Soraia Ribeiro Cassimiro. *Um olhar sobre o romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. s/d. Disponível em <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/29-critica-de-autores-feminios/321-um-olhar-sobre-o-romance-ursula-de-maria-firmina-dos-reis-critica> Acesso em 10 de mai 2020.

corpos negros. Localizadas como naturais também seriam as aspirações domésticas, desejo fundado na suposta "essência" das mulheres (DAVIS, 2016, p. 21). A filósofa ativista deslinda o desprezo que evocam essas elaborações acerca do papel multidimensional das mulheres negras sob aquele contexto (DAVIS, 2016, p. 21-22). Conforme se delinea:

Se, e quando, alguém conseguir acabar, do ponto de vista histórico, com os mal-entendidos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas, ela (ou ele) terá prestado um serviço inestimável. Não é apenas pela precisão histórica que um estudo desses deve ser realizado; as lições que ele pode reunir sobre a era escravista trarão esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação. [...] Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa [...]. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 24).

Estabelecer narrativas próprias dimensiona a epopeia sobre a qual mulheres negras têm se lançado. Davis demonstra que revisitar as lutas históricas dessas mulheres seguramente permite compreender os modos pelos quais informam sua existência e as condições materiais sob a qual esta se assenta, além de dispensar atenção para as bases que sustentam o estatuto de independência e autossuficiência que desenvolveram. A reorientação de pesquisas com enfoque na categoria de trabalhadoras compulsórias reivindicada por Davis informaria que, afora a participação ativa na força de trabalho, mesmo sob condições nas quais era imposta a desumanização deliberada pela condição feminina (HOOKS, 2014, p. 16), a constituição de laços de afetividade e solidariedade fizeram parte do cotidiano das famílias negras.

Nos rastros da liberdade, a experiência de Harriet Jacobs inscreve memórias afetivas de sua infância e a relação com seus familiares. Embora seja inverídica a suposição de tessituras familiares homogêneas, dada a constatação de que as famílias portavam contornos específicos e normas culturais distintas organizando seu interior, pode-se acessar parte dessas vivências pelo disposto a seguir:

Eu nasci escrava, mas nunca soube disso até que seis anos de uma infância feliz tivessem se passado. Meu pai era carpinteiro, considerado tão inteligente e habilidoso no seu trabalho que, quando era preciso erguer construções fora do comum, ele era enviado a longas distâncias para atuar como capataz. Sob a condição de pagar duzentos dólares por ano à sua senhora e sustentar a si mesmo, ele tinha permissão de trabalhar em seu ofício e administrar seus próprios negócios. [...] [Meus pais] Viviam juntos numa casa confortável, e,

apesar se sermos todos escravos, fui protegida de maneira tão afetuosa que nunca sonhei ser uma mercadoria; confiava neles para cuidar de mim e estava disponível para o que precisassem [...]. Eu tinha um irmão, William, [...] – uma criança esperta e afetuosa. Também contava com o enorme tesouro da minha avó materna, uma mulher notável em vários aspectos. [...] Devo muitos confortos a essa boa avó. Meu irmão Willie e eu sempre recebíamos porções de biscoitos, bolos e conservas que ela fazia para vender, e depois que deixamos de ser crianças, ficamos em dívida com ela por vários outros serviços muito mais importantes (Harriet JACOBS, 2019, p. 12-13).

A família da protagonista expressa a tônica da afetividade em cuidados com ela logo em tenra idade e demonstra que o companheirismo e a colaboração eram aspectos presentes entre os membros. Reclama atenção o que o texto elenca em relação à avó, que, feita livre pelo pai fazendeiro que falecera, é recapturada e vendida a escravocratas e passa a se ocupar inteiramente dos afazeres da casa, “ocupando todas as posições, de cozinheira a ama de leite a costureira” (JACOBS, 2009, p. 12). Na esperança de conseguir a carta de liberdade dos filhos, fazia biscoitos salgados para vender após a meia noite. O dinheiro que conseguiu acumular, no entanto, fora tomado como empréstimo pela senhora e jamais devolvido.

Na lida diária, os sujeitos negros lutaram pelo máximo de autonomia na condução de suas vidas (DAVIS, 2016, p. 29-30), e nessa imposição, a causa pela libertação da população negra foi e continua a ser também concernente à mulher preta. Constatação um tanto óbvia, é preciso demarcá-la pela onipresença do sexismo que não raro buscar elidir a instância de gênero na pertença racial. Atenta aos desdobramentos de uma análise que menospreze os efeitos do sexismo sobre a mulher negra, bell hooks condensa em *Não sou eu uma mulher?* (2014) o que se consolida como o imperialismo do patriarcado – este é, aliás, o título do capítulo terceiro da obra mencionada.

A crítica operada por hooks é tão profunda quanto o enraizamento das opressões na dimensão estrutural. A autoestrada pela qual se aventura conduz investigações sobre as determinações da marginalização de qualquer eixo cujo poder atravesse a mulher preta. Outra vez primando por tornar inteligível as amarras do sexismo, hooks (2013) o relaciona ao campo do conhecimento científico escolar e acadêmico, lugar em que a institucionalidade exerce a atribuição fundamental de restringir a comunidade negra. A um só tempo, é significativo nesse espaço de interdições o quantitativo<sup>50</sup> de elaborações partindo desse conjunto social, das quais se aprimora o domínio de poliracionalidades que partem, repetidas vezes, de outras geografias da razão.

<sup>50</sup> Cabe arrazoar a lógica de que representatividade não implica em proporcionalidade ou desta última é sinônimo, posto que mesmo acessando espaços de escolarização formal, sobretudo o superior, o grupo sociorracial negro encontra-se defasado quando verificado o correspondente numérico no censo da população geral.

Ao portar olhares diferentes para problemáticas semelhantes, no Brasil, as intelectuais negras insurgentes compõem frontalmente a disputa pela politização e ressignificação da identidade racial. A geração de 1970, da qual fazem parte nomes como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Thereza Santos e Neusa Pereira, trazem à latência a questão racial impulsionada pela imprensa negra e pelos centros de estudo e pesquisa. Em Lélia Gonzalez, constatamos o adensamento da conceituação de racismo, ou seja, do racismo à brasileira. Conquanto viesse sendo reconhecido e contestado nas décadas precedentes, é com a antropóloga, precursora na instrumentalização do conceito de interseccionalidade, que o *modus operandi* marcado pela sutileza é desmascarado.

Pela dialética, informa Gonzalez sobre o lugar concedido à mulher negra no processo de formação cultural brasileiro e “os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel” (Lélia GONZALEZ, 1984, p. 226). Ora ocultando, procurando esquecer (postulado freudiano de *recalque*), ora trazendo à tona na linguagem, o que a consciência deixa entrever é a visão subalterna da mulher negra no referencial escravocrata da mucama, que devem ser, tanto referencial quanto prática histórica, completamente omitidos.

Ambiguidade flagrante, a sociedade que subestima o impacto das representações escravistas e a todo custo tenta afastar a incômoda lembrança de seus sonos injustos,<sup>51</sup> é a mesma a ostracizar a reformulação de conhecimentos produzida pelas intelectuais ativistas negras. As leituras canônicas do pensamento brasileiro são revisitadas por estudiosas como Lélia Gonzalez e confrontadas nas representações que consolidaram acerca do papel de cada grupo sociorracial na formação da sociedade brasileira. Filiada ao campo das Ciências Sociais, Gonzalez destaca o equívoco constante que permeou essa área do conhecimento, estabelecida a preponderância do aspecto econômico sobre os demais fenômenos estruturantes das relações político-culturais (GONZALEZ, 1984; Lélia GONZALEZ e Carlos HASENBALG, 1982). Identificado o problema historiográfico, e apostando na validade de assumir outra premissa de observação, a autora contribuiu para descolonizar o debate, sistematizando uma interpretação ampliadora dos paradigmas até então vigentes, que em larga medida relacionavam unicamente as desigualdades à origem de classe.

Na interação social, segundo Michel de Certeau (1998), práticas cotidianas se relacionam estreitamente a modos de ação levados a cabo por indivíduos frente às demandas da coletividade. Organizados contraditória e concretamente pelas vivências coletivas, os indivíduos agregam capacidades enunciativas e criativas que, reapropriando elementos da

---

<sup>51</sup> Parafrazeando a escritora Conceição Evaristo, a nossa escrevivência existe para incomodar a elite em seus sonhos injustos.

cultura, os faz alcançar seus objetivos. As experiências sociais que impelem à enunciação respeitam as lutas do campo simbólico onde elas são originadas, por isso, as “maneiras de fazer” são potencialmente libertárias. Desta feita, as teóricas negras encontram-se no lugar dos ativismos, dos feminismos, dos pensamentos mulheristas, da política, da academia e da produção do conhecimento (Simone CAVALCANTE e Maria CARVALHO, 2018, p. 14), logo, as relações que se estabelecem nesses ambientes impactam seus fazeres.

Na linha de narrativas libertárias se inscreve a historiadora Beatriz Nascimento. As pesquisas incorporam desde o processo de industrialização e as marcas da estratificação social por aquela inspirada aos sistemas alternativos organizados, como quilombos ou favelas. Suscita Nascimento este aspecto:

No entanto, não é somente pelo reflexo no mercado de trabalho que se pode avaliar a situação de subordinação em que a mulher negra se encontra. O fato mesmo de ser mulher, atraiu para si um tipo de dominação sexual por parte do homem, dominação que se origina nos primórdios da colonização (Beatriz NASCIMENTO, 2006, p. 106).

O sexismo como arma aprimorada localiza as mulheres negras no operariado fabril. Vê-se que mecanismos ideológicos de perpetuação da dominação patriarcal, associados à escassez de oportunidades educacionais resvalam “na mais baixa posição dentro da hierarquia social” (NASCIMENTO, 2006, p. 106). Relatos sobre a sobrevivência urbana marginalizada encerram a prática discursiva caroliniana, em que temáticas como deficiência alimentar, adoecimentos ocasionados pela carência nutricional e ausência de saneamento básico e pleno emprego expressam a drasticidade do desenvolvimentismo da década de 1950 (Fernanda MIRANDA, 2013, p. 14). Autora, narradora e personagem de *Quarto de Despejo – Diário de uma Favelada*, lançado oficialmente em 1960, Carolina Maria de Jesus denuncia o cotidiano de uma mulher negra, semianalfabeta, catadora de materiais recicláveis e escritora no limbo da sobrevivência.

Em meio às adversidades, revoltada e faminta, Carolina de Jesus disseminava em seus textos autoestima – afirmando adorar sua pele negra e cabelos – e acreditava na relevância de cada palavra anotada, pois o fazia rotineiramente. A escrita foi um de seus maiores ideais, transformando papéis e cadernos encontrados nas lixeiras e vias públicas em suporte de tantas inquietações. Exclamou em *Casa de Alvenaria: Diário de uma ex-favelada*:

Se os pobres reside nas margens dos rios é porque não recebeu instrução, não aprendeu ofício. (...) O professor Angelo Simões Arruda não mencionou a necessidade de abolir as favelas, que duplicam por êste Brasil afora. A terceira oradora fui eu. Citei: fui residir na favela por necessidade. [...] Os favelados são os colonos. Por ser expoliados pelos patrões abandonaram o

campo. Encontram dificuldades na cidade, que só oferece conforto e decência aos que tem bons empregos. Eles não podem acompanhar a vida atualmente. Devido ao custo de vida são obrigados a recorrer ao lixo ou aos restos de feira. – Não adianta falar de fome com quem nunca passou fome (Carolina de JESUS, 1961, p. 180).<sup>52</sup>

A posição de pária social conferida à gente favelada é deslegitimada por Carolina de Jesus quando ela oferece o contraponto fundado na exploração exercida sobre essas pessoas, migrantes expropriadas de direitos básicos, exigência primária para vidas que importam. Ambas, Carolina de Jesus e Beatriz Nascimento, exerceram a resolução de falarem por si mesmas e protestaram para que o povo preto fizesse o mesmo, construindo novas orientações no tempo-espaço habitado por cada uma delas. Alerta Nascimento ainda para a inevitabilidade de se desmistificar o conceito de amor, rejeitando a “fantasia da submissão amorosa” (NASCIMENTO, 2006, p. 129), sendo possível transformá-lo em dinamizador cultural e social. Como enaltece, dessa política de amor surge a possibilidade de se “assumir uma postura crítica intermediando sua própria história e seus *ethos*” (NASCIMENTO, 2006, p. 129).

Como o amor, a raiva é experiência política, ao que conjectura Audre Lorde em *Sister Outsider* (1981). O medo da raiva nada tem a nos ensinar. Pelo que revela, a raiva é uma resposta ao racismo: “raiva da exclusão do privilégio inquestionável, de distorções raciais, do silêncio, maltrato, estereótipo, defensividade, errar nomes, traição e cooptação” (Audre LORDE, 1981). Novamente relembremos Carolina de Jesus. Passar dias e noites faminta a deixava zangada; nesses momentos, ela ousava escrever. Assim, todo o arsenal guardado é potencialmente útil para alterarmos radicalmente as bases sobre as quais se assentam o racismo e as instituições a reproduzirem-no. Se o racismo comportamental mostra que mulheres, voluntária ou involuntariamente, oprimem outras mulheres, imprimindo os usos da raiva na ação libertária saberemos distinguir verdadeiros aliados de inimigos.

As hipóteses definidas por Lorde, “teoria da diferença”, recusam a oposição homem-mulher – em razão da categoria *mulheres* apresentar inúmeras subdivisões – prezando pela referenciação da comunidade lésbica, os usos do erótico (como poder e criação) e a transformação do silêncio em linguagem e ação. “Para se perpetuar, toda opressão deve corromper ou distorcer as fontes de poder inerentes à cultura das pessoas oprimidas, fontes das quais pode surgir a energia da mudança” (LORDE, 2009, p. 9): os modelos masculinos de poder corrompem e esvaziam o erótico como pulsão de vida, força de realização feminina, portanto,

<sup>52</sup> A transcrição observa a escrita original de Carolina de Jesus.

Reconhecer o poder do erótico em nossas vidas pode nos dar a energia necessária para fazer mudanças genuínas em nosso mundo, mais que meramente estabelecer uma mudança de personagens no mesmo drama tedioso.

Pois não só tocamos nossa fonte mais profundamente criativa, mas fazemos o que é fêmeo e autoafirmativo frente a uma sociedade racista, patriarcal e antierótica (LORDE, 2009, p. 15).

O erótico, em sentido não restrito à esfera da sexualidade, entretanto a comportando, expande os significados de autoconexão e autorrealização para a esfera do trabalho, das artes, da própria sexualidade. O compartilhamento de experiências entre mulheres carrega no cerne a disposição para a mudança social consolidando ações conjuntas. Alteridade e autonomia são tônicas de Alice Walker na configuração de espaços de autorrepresentação. Valores simbólicos, estéticos e ideológicos estruturam romances, ensaios e contos alentados por memórias da tradição, dos antepassados (Sayonara DAWSLEY, 2017), adepta a ativista do *womanist* (mulherismo), conceito cunhado por ela sob a premissa de que os feminismos, como ferramentas do Ocidente, são inautênticos para conceber as lutas globais de libertação das mulheres negras.

Há, assim, que se considerar a ocorrência de “um discurso interdito por outras vozes, que permite uma cadeia de significações, representações e identificações, sugerindo, através da textualidade, certa credibilidade, fortalecimento e formação de identidade” (DAWSLEY, 2017, p. 42) feminina negra. Na leitura crítica do passado suscitada pelo presente, a literatura das vozes insurgentes reúne a materialidade das memórias coletivas e individuais encontradas no silenciamento ou dispersas pelos ditames dos jogos de poder (DAWSLEY, 2017, p. 50). Walker colabora readmitindo ao presente referências de ser e viver pautadas nos valores africanos, cuja cosmovisão reconhece a alteridade como parte do sujeito em si.

Em defesa do feminismo negro e discutindo as bases conceituais que o caracterizam, Patricia Collins (2017) envereda pelo debate suscitado em torno do mulherismo e dos feminismos advertindo a heterogeneidade que encerra a termo “mulheres negras”. Para a socióloga, embora haja um grupo, compreender a heterogeneidade dos sujeitos que o compõem é o desafio fundamental para que ele não se fragmente e limite a solidariedade essencial que deve existir entre mulheres (COLLINS, 2017, p. 4). Admitindo a existência de uma matriz única de dominação situada no interseccionamento das opressões; por estarem em constante contradição e reformulação, a socióloga enfatiza a qualidade de pensar o feminismo negro na diversidade, sendo informada a perspectiva plural, de *feminismos negros* (CAVALCANTE e CARVALHO, 2018, p. 2-3).

A dimensão da consciência em Collins é transcrita como autodefinida e coletiva: um exemplo estratégico seria a voz das mulheres negras ecoando sobrevivência frutificada na resistência de suas antepassadas, e de si mesmas, a imagens eivadas, “controladoras”, emanadas pelos sistemas consolidados. “Que base serviu de sustentação para que Sojourner Truth pudesse perguntar ‘Não sou eu uma mulher?’”, indaga. (COLLINS, 2019, p. 3). E assim, contestando a hegemonia das representações cristalizadas a fim de desmistificá-las, Collins, em diálogo com Lorde (1981), corrobora a perspectiva de que as mulheres negras são visíveis, no entanto, a invisibilidade é um projeto do racismo (COLLINS, 2019, p. 5). Talvez mais esmiuçadamente encontremos na teorização de Collins a natureza relacional dos feminismos negros. Segundo seus apontamentos, esses ativismos configuram um projeto de justiça social, reafirmando o antirracismo como bandeira da totalidade (CAVALCANTE e CARVALHO, 2018, p. 3).

O alerta imprimido por Collins é semelhante ao reafirmado por Assata Shakur nas poucas passagens de suas notas sobre o capitalismo disponíveis: a socióloga enfatiza o cuidado a ser aplicado, nos âmbitos acadêmico, ativista e de trabalho em relação à cooptação das lutas feministas negras pelas amarras implícitas do capitalismo monopolista. Sob essa égide, na contemporaneidade liberalismo e neoliberalismo constituem produtos que não carregam em si possibilidade emancipatória alguma, como o fazem crer vertentes feministas burguesas.

Recentemente, o fazer intelectual de Petronilha B. Silva e Nilma L. Gomes foi detidamente investigado para a compreensão das práticas libertárias na educação que ambas percebem como imprescindíveis para a construção de uma sociedade multicultural e livre de racismo e hierarquização.<sup>53</sup> O papel das intelectuais negras citadas foi central, segundo Luana Santos (2018), para a emancipação da comunidade afro-brasileira porque o embate se dá no interior dos órgãos governativos estatais e as protagonistas possuem atuação significativa no movimento negro e feminista negro brasileiro. O engajamento da pedagogia revolucionária de resistência que comanda as contribuições reflexivas do conjunto das educadoras foi ponto de partida para a consolidação de políticas públicas de “acesso e permanência dos afro-brasileiros nas instituições de educação básica e superior” (Luana SANTOS, 2018, p. 63-64) das quais as duas participaram por meio da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

A obrigatoriedade de implementação das políticas de ação afirmativa pelo Estado brasileiro tornou evidente a insuficiência de apenas reconhecer o racismo como fenômeno

---

<sup>53</sup> Referimo-nos à dissertação de Luana Diana dos Santos intitulada “Intelectuais Negras Insurgentes: o protagonismo de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Nilma Lino Gomes”, vinculada ao programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP-MG), do ano de 2018.

estruturante e a necessidade de combatê-lo com respectiva criminalização. Ainda que esse tenha sido um ganho significativo, a institucionalização de medidas perpassando a rotina escolar, como a Lei 10.639,<sup>54</sup> simboliza o alcance objetivo da proposição educadora do movimento negro. Ressalta Gomes esta assertiva:

A educação é o campo escolhido [...] devido ao fato de ser um direito social, arduamente conquistado pelos grupos não hegemônicos do Brasil e que durante muito tempo foi sistematicamente negado aos negros e às negras [...]. Na luta pela superação desse quadro de negação de direitos e de invisibilização da história e da presença de um coletivo étnico-racial que participou e participa ativamente da construção do país, o Movimento Negro, por meio de suas principais lideranças e das ações dos seus militantes, elegeu e destacou a educação como um importante espaço-tempo passível de intervenção e emancipação social, mesmo em meio às ondas de regulação conservadora e da violência capitalista.

A educação não é um campo fixo e nem somente conservador. Ao longo dos tempos é possível observar como o campo educacional se configura como um espaço-tempo inquieto, que é ao mesmo tempo indagador e indagado pelos coletivos sociais diversos. Enquanto espaço de formação humana e pelo qual passam as mais diferentes gerações, grupos étnico-raciais, pessoas de origens socioeconômicas diferentes, credos e religiões, é possível refletir que tanto os processos institucionais de educação (escolas de educação básica e universidades) quanto as experiências de educação popular, social, de jovens e adultos, diferenciada e antirracista, construídas no cotidiano e nos processos de lutas sociais, são repletos, ao mesmo tempo, de um dinamismo incrível e de uma tensão conservadora (Nilma GOMES, 2017, p. 24-25).

A educação para as relações étnico-raciais visa, como se observa, envolver a população, nos bancos escolares e para além deles, no entendimento, problematização e superação do racismo e das violências a ele intrínsecas, cumprindo o movimento negro a tarefa de educar e promover saberes emancipatórios pela leitura qualificada da questão racial no Brasil (GOMES, 2017, p. 14), pois esses agentes, produtores de conhecimento, sofrem o impacto de todas as mazelas advindas da permanência das colonialidades nas suas existências diárias. As novas epistemes concebidas pela instauração desse método crítico articulam demandas das camadas empobrecidas pelo ponto de vista de quem pesquisa, dado a dupla posição coincidente da pesquisadora e do pesquisador entre academia e classe social. O fazer intelectual, nesses termos,

---

<sup>54</sup> A Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, altera a LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino, pública e privada, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". O texto oficial elenca o conteúdo programático: "estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil". BRASIL. Disponível em [planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em 15/06/2020. No mesmo texto, inclui-se o 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

apresentaria o caráter didático nos termos demandados pela escrita da História, tal qual acredita Certeau (1982).

O processo de disputas de narrativa em curso delibera o ativismo das mulheres negras como enraizado em vários espaço-tempos. Os paradigmas teóricos configurados têm conferindo status contra-hegemônico à ascensão do epistemicídio, caracterizado por Sueli Carneiro (2005) como rejeição à condição dos povos negros de produtores do conhecimento. O aspecto decisório de não conformação aos modelos explicativos propostos pelo sujeito do feminismo que se pretende universal demandou das mulheres negras pensar categorias de autodefinição, bem como os valores e perspectivas a guiar os feminismos negros e os movimentos de mulheres negras que contestam a nomenclatura *feminismo negro*. Ao se autodefinirem, influenciadas pelas exigências do coletivo que verberam nas performances individuais e orientadas pela ancestralidade, afirmam valores anticoloniais e humanizantes.

### **Fronteiras: na academia e para além dela**

O que significa quando as ferramentas de um patriarcado racista são usadas para examinar os frutos desse mesmo patriarcado? Significa que somente os perímetros mais estreitos de mudança são possíveis e permitidos (LORDE, 2009, p. 21-22).

O projeto de justiça social do feminismo negro é exitoso: assume o ponto de vista “das reais necessidades e produções de saberes e fazeres das mulheres negras, indígenas, camponesas” (CAVALCANTE e CARVALHO, 2018, p. 9). Se, como exprime Collins (2017, p. 3), as mulheres afro-americanas têm conquistado cada vez mais voz em diversas arenas, na academia sobreleva uma preocupação:

devemos estar atentas à absorção sedutora das vozes das mulheres negras em salas de aula no ensino superior, onde os textos de mulheres negras ainda são muito mais bem-vindos do que a presença das mulheres negras em si. [...] Do mesmo modo, as relações de mercado capitalistas que transformaram a escrita das mulheres negras em uma mercadoria desejada, ameaçam retirar de suas obras a perspectiva crítica. Inicialmente, entrar no espaço público através de livros, filmes e mídias impressas pareceu revigorante. Mas nos mercados globais, cada vez mais competitivos, em que qualquer coisa que vende será vendida, independentemente das consequências, as “vozes” de mulheres negras agora inundam o mercado. Como outras *commodities* comercializadas em mercados capitalistas, o excedente barateia o valor e a moda de hoje se torna a memória nostálgica de amanhã (COLLINS, 2017, p. 4-5).

No território estadunidense, as escritas de mulheres negras parecem estar mais disseminadas tanto nos meios acadêmicos quanto nos socioculturais, embora flagrantemente corpos negros, principalmente corpos de mulheres negras, sejam interditados quanto ao acesso aos níveis de estudo superior. Na realidade brasileira,<sup>55</sup> conquanto haja bibliografias de relevância social e as autorias relativas nos brindem com discussões que incorporam vastos temas, a inserção nos programas oficiais de ensino é quase nula. Mesmo traduções de nomes vultosos como Angela Y. Davis pelas editoras ocorrem há estreitos anos,<sup>56</sup> quando a soma de esforços não se origina mesmo de plataformas vinculadas a movimentos culturais.<sup>57</sup>

No bojo do capitalismo, Collins condena o uso descartável e pretensamente manipulador que esse sistema faz dos debates e teorias que, nas fontes, são difundidos com responsabilidade revolucionária. Lorde afirma que as ferramentas da casa grande nunca a destruirão (LORDE, 2012): a longo prazo, a criação de novas necessidades intrínseca ao modelo capitalista ostraciza intelectuais negras e as propostas de conexão e reconstrução empenhadas por elas. hooks analisa outro lado da banalização sofrida pelos estudos feministas interseccionais. No espaço acadêmico, o patriarcado institucionalizado tornam cúmplices homens e mulheres brancas no questionamento quanto ao que seria ou não teoria:

Com efeito, o ato privilegiado de nomear muitas vezes abre aos poderosos o acesso a modos de comunicação e os habilita a projetar uma interpretação, uma definição, uma descrição de seu trabalho e de seus atos que pode não ser exata, pode esconder o que realmente está acontecendo. [...] Katie King, faz uma discussão muito útil do modo pelo qual a produção acadêmica de teoria feminista formulada num ambiente hierárquico muitas vezes habilita certas mulheres de alto *status* e visibilidade, particularmente as brancas, a se apoiar nos trabalhos de pensadoras feministas que podem ter menos *status* ou *status* nenhum, menos visibilidade ou visibilidade nenhuma, sem reconhecer as fontes (HOOKS, 2013, p. 86-87).

Podemos ver que a questão parte de estruturas psíquicas mais profundas, ou seja, não corresponde tão somente a desonestidade intelectual, já que as pensadoras racializadas são citadas na maioria das vezes. O ponto-chave é a internalização da teoria-metodologia única,

<sup>55</sup> Para uma discussão sobre docentes negras e ensino superior, ver: GONÇALVES, Renata. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. *Poiésis - Revista do programa de Pós-graduação em Educação da Unisul. Tubarão*, v.12, n. 22 p. 350-367, Jun/Dez 2018.

<sup>56</sup> Em solo brasileiro, as traduções de Davis têm sido oferecidas pela Boitempo Editorial. As obras publicadas são *Mulheres, Raça e Classe* (2016), *Mulheres, Cultura e Política* (2017), *A liberdade é uma luta constante* (2018), *Estarão As Prisões Obsoletas?* (2018) e *Angela Davis: Uma autobiografia* (2019). Note-se que as traduções se dão sistematicamente na segunda década do século XXI, embora existam traduções antes desse período. *Women, Race and Class*, primeira tradução da Boitempo Editorial, veio originalmente a público em 1981.

<sup>57</sup> O livro *Não sou eu uma mulher: Mulheres negras e feminismo*, de bell hooks, é uma tradução livre da Plataforma Gueto, cujo programa de atividades e página online agregam várias traduções de autoras e autores africanos e afrodiáspóricos.

nomeada por homens brancos, e em alguma medida por mulheres brancas, que fazem crer que seu modo de conceber o mundo é o que mais se aproxima da verdade, e por conseguinte, deve ser o paradigma reproduzido. Nesse lastro, continua hooks (2013), o ataque à supremacia branca gera aliança entre a branquidade para, determinando o que é teoria, classificarem e excluïrem o que não o é:

Os trabalhos de mulheres de cor e de grupos marginalizados de mulheres brancas (lésbicas e radicais sexuais, por exemplo), especialmente quando escritos num estilo que os torna acessíveis a um público leitor amplo, são frequentemente deslegitimizados nos círculos acadêmicos [...]. Embora sejam frequentemente roubados pelos próprios indivíduos que estabelecem os padrões críticos restritivos, são esses trabalhos que esses indivíduos mais afirmam não serem teóricos. Claramente, um dos usos que esses indivíduos fazem da teoria é instrumental. Usam-na para criar hierarquias de pensamento desnecessárias e concorrentes que endossam as políticas de dominação na medida em que designam certas obras como inferiores ou superiores (HOOKS, 2013, p. 88-89.)

As barreiras impostas às ideias contidas nessas perspectivas epistemológicas são “uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta” (CARNEIRO, 2005, p. 97). Se a imposição faz as intelectuais negras enveredarem pelas teorias consagradas pelo cânone, a violência ainda existirá, visto que o epistemicídio é um processo incessante de inferiorização intelectual e constitui “uma tecnologia que integra o dispositivo de racialidade/biopoder, e que tem por característica específica compartilhar características tanto do dispositivo quanto do biopoder, a saber, disciplinar/normalizar e matar ou anular” (CARNEIRO, 2005, p. 97). A lógica do aniquilamento é peculiar ao pensamento ocidental de matriz racista, e este é, paradoxalmente, um dos seus grandes temores, como enfatiza hooks: “é profundo o medo de que qualquer descentralização das civilizações ocidentais, do cânone do homem branco, seja na realidade um ato de genocídio cultural” (HOOKS, 2013, p. 49).

Convém situar que embora as mulheres negras sejam as principais articuladoras das teorizações descolonizadoras, tem-se atribuído especificamente a elas a larga incumbência de educar pacientemente cada esfera civil e institucional. Acerca dessa suposição equivocada, compartilhamos da instrução de Lorde:

As mulheres de hoje ainda estão sendo chamadas a atravessar a fenda da ignorância masculina e educar os homens sobre nossas existências e nossas necessidades. Essa é uma ferramenta velha e arcaica usada por todos os opressores para manter as oprimidas ocupadas com as preocupações do senhor. Agora temos ouvido que é tarefa das mulheres de Cor educar mulheres brancas – frente à tremenda resistência – sobre nossa existência, nossas

diferenças, e nossos respectivos papéis em nossa sobrevivência conjunta. Isso é um desvio de energias e uma trágica repetição do pensamento racista patriarcal (LORDE, A. 2012, p. 25-26).

Batalhar pela sobrevivência material é a reclamação mais imediata das mulheres negras. Em geral, fazemos isso em funções subalternizadas, com rendimentos menores (GONZALEZ, 2011, p. 18), que nos consomem as horas quase completas do dia e nos distanciam da nossa família e da comunidade. Afora isso, a luta para exercermos o trabalho intelectual inclui aspectos de adoecimento e autoanulação, mediante o que é preciso imprimir força para resistir, não obstante estejamos sobrecarregadas. Tais apontamentos constam na teoria, reafirmando, novamente, a importância de se compreender essas dimensões e reconsiderar a quem dispensamos o estatuto de humanidade e a passibilidade de imperfeição.

Posicionar-se ao lado do antirracismo supõe conhecer o racismo. Não raro as práticas discursivas retomam um “dos mais eficazes mitos de dominação ideológica: o mito da democracia racial” (GONZALEZ, 2011, p. 16). Entendimentos estreitos se encerram sob o manto do “somos todas iguais”. Se assim fosse, ao sermos solicitados a citar nomes de intelectuais, nos ateríamos ao fato de mulheres negras estarem nesse conjunto. Na obra *Ensinando a Transgredir*, hooks (1995) critica a preponderância, no exercício dessa proposta em sala de aula, da emergência do padrão masculino se especificado exclusivamente o fator raça. Dentre a segunda variante, quando se conhece ao menos os nomes de pensadoras, é baixo o coeficiente em contato com produções crítico-históricas emitidas por elas na contemporaneidade ou com narrativas autobiográficas dezenovistas. A libertação fundamental será construída no confronto.

### **Considerações finais**

“Intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas e porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo”, diz bell hooks (1995, p. 468). Em diversas espacialidades é possível nos depararmos com mulheres negras insurgentes. Nestas páginas, sublinhamos algumas reflexões de teóricas negras brasileiras e estadunidenses que moldam concepções feministas de sociedade pautadas na multietnicidade e na justiça social. Identificando o caráter interseccional das opressões infligidas a mulheres racializadas, principalmente de países periféricos cujo lugar na ordem capitalista é de dependência, transformadas as diferenças em desigualdades (GONZALEZ, 2011, p. 17), mobiliza-se na

contemporaneidade repertório conceitual para sistematizar que as opressões não se sobrepõem, antes se reforçam.

As narrativas autobiográficas dezenovistas de mulheres negras possuem conotação política por deslindarem as lutas do passado como semelhantes às que enfrentamos hoje. daquelas memórias sobrevém a liberdade como fundamento primeiro. Inseridas no espaço acadêmico, intelectuais negras têm ampliado parâmetros para o entendimento de questões correlatas como abolicionismo penal, saúde física e mental, educação, trabalho, dentre outras frentes institucionais a partir dos eixos estruturantes de raça, classe, gênero. A teoria se relaciona à escrita de si em consonância com as demandas coletivas que a orientam e reorientam. Percorrendo caminhos diversos, pelas próprias diversidades que nos constituem, os conceitos se complementam e os caminhos se cruzam na reivindicação de humanidade para o povo preto.

Dada a amplitude do corpo disponível de leituras, nestas linhas não se tornaria possível abrangê-las completamente. No entanto, do que se analisou, percebe-se que, mesmo constituindo corpos deslocados no ambiente acadêmico, as autoras negras operam revisionismos do cânone legitimado verberando voz própria em torno das ausências, silenciamentos e invisibilizações. Nessa ação política de ruptura, se insurgem na criação de autodefinições e imagens que sejam capazes de delinear suas experiências, de fato não correspondentes aos estereótipos vigentes. A insurgência dos pensamentos feministas negros desmantela a aparelhagem dos feminismos que operam universalizando as vivências das mulheres a exemplo do pensamento ocidental, que os feminismos negros também desafiam.

As epistemes se ancoram nas perspectivas feministas negras do sul global que compreendem a pertença racial como determinante para a experimentação de gênero. “Sem comunidade não há libertação”, anunciou Audre Lorde (2012, p. 23). Pensemos a interdependência entre mulheres nos termos da autora: “Da interdependência das diferenças mútuas [...] verte aquela segurança que nos possibilita descender no caos do conhecimento e retornar com visões verdadeiras de nosso futuro, [...] efetivar tais mudanças que podem tornar aquele futuro um sendo” (LORDE, 2012, p. 23). Afastar a pretensão dominante permite efetivar a interdependência entre mulheres e estabelece uma organicidade que contempla o real, suas limitações e possíveis reposicionamentos. A conexão com a comunidade é, nesse sentido, autodefinição e refazer individual em continuidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. E. S. de; ALVES, C. M. C. (2011). “Educação escolar de mulheres negras: interdições históricas”. *Revista Educação em Questão*, Rio Grande do Norte, v. 41, n. 27, p. 81-106, jul./dez.2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/artic/view/4003> Acesso em 07 mai. 2020.

BAIROS, Luiza. “Nossos Feminismos Revisitados”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034> Acesso em 04 abr. 2020.

BRASIL. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Dispõe sobre as diretrizes para a inclusão da História e Cultura afro-brasileira e africana em todo o currículo escolar. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm) Acesso em 14 jun. 2020.

CARNEIRO, Sueli. “Mulheres em movimento”. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003. p. 117-132, 2003.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

CAVALCANTE, Simone J. e CARVALHO, Maria E. P. *As dimensões teóricas do feminismo negro: ativismo e produção do conhecimento*. XX Redor - Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero. 2018. p. 1-14. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/site/redor/G8/GT8-02-Simone.pdf>. Acesso em 10 mai. 2020.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. “A Operação Historiográfica”. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3238146/mod\\_resource/content/1/Michel-de-Certeau-A-Escrita-Da-Historia-rev.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3238146/mod_resource/content/1/Michel-de-Certeau-A-Escrita-Da-Historia-rev.pdf) Acesso em 22 jun. 2018.

COLLINS, Patricia H. *O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 51, p. 1-23. 2017.

COLLINS, Patricia H. “O poder da autodefinição”. In: *Pensamento Feminista Negro - Conhecimento, consciência e política de empoderamento*. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2211778>. Acesso em 08 mai. 2020.

DAVIS, Angela Y. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DAVIS, Angela Y. *Mulheres, Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

DAWSLEY, Sayonara Lima. *A escrita de si em A Cor Púrpura, de Alice Walker, e Diário de Bitita, de Carolina Maria de Jesus*. 2017. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Literatura

e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba) – Faculdade de Letras e Artes da Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, Brasil.

GOMES, Nilma L. *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs, 1984. p. 223-244. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20%20GONZALEZ%2C%20L%20A9lia%20%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20%20GONZALEZ%2C%20L%20A9lia%20%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf) Acesso em 02 mai. 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afro-latino-americano”. In: *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*. n. 1. p. 12-20. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=174405>. Acesso em 17 jun. 2020.

HOOKS, bell. “Intelectuais Negras”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465> acesso em 02 mar. 2020.

HOOKS, bell. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. *Não sou eu uma mulher: Mulheres negras e feminismo*. Tradução livre para a Plataforma Gueto. 2014. Disponível em: <https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulhertraduzido.pdf>. Acesso em 10 mai. 2020.

JACOBS, Harriet A. *Incidentes na vida de uma menina escrava*. São Paulo: Todavia, 2019.

JESUS, Carolina M. de. *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*. São Paulo: Francisco Alves, 1961.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação – episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. “Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo”. In: *Sister Outsider*. 1981. Tradução de 2013 pelo Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/os-usos-da-raiva-mulheres-respondendo-ao-racismo/>. Acesso em 11 jun. 2020.

LORDE, Audre. “Os usos do Erótico; A transformação do silêncio e linguagem e ação”. In: *Textos escolhidos de Audre Lorde*. Herética Edições Lesbofeministas Independentes. Disponível em: <https://apoiamutua.milharal.org/files/2014/01/AUDRE-LORDE-leitura.pdf> Acesso em 11 jun. 2020.

MIRANDA, Fernanda R. *Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética*. 2013. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Estudos

Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Beatriz. “É tempo de falarmos de nós mesmos”. In: RATTTS, Alex. *Eu Sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, 2006. p. 93-97.

SANTOS, Luana D. *Intelectuais Negras Insurgentes: o protagonismo de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Nilma Lino Gomes*. 2018. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Brasil.